

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

## PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2022

Apensado: PL nº 2.152/2022

Apresentação: 02/10/2023 11:46:06.817 - CMULHER  
PRL 1 CMULHER => PL 31/2022

PRL n.1

Institui a obrigatoriedade de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros e dá outras providências.

**Autor:** Deputado ALEXANDRE FROTA

**Relatora:** Deputada CORONEL FERNANDA

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 31/2022, de autoria do Deputado Federal Alexandre Frota (PSDB-SP), institui a obrigatoriedade das vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros.

Apresentado em 07/02/2022, o Projeto de Lei em tela foi distribuído para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 08/02/2022.

Em 27/04/2023, recebi a honra de ser designada como relatora da matéria.

Em 18/08/2022, ao Projeto de Lei nº 31/2022 foi apensado o Projeto de Lei 2.152/2022, de autoria do Deputado Federal Joceval Rodrigues (Cidadania-BA), que trata da mesma matéria.

A matéria sujeita-se ao regime de tramitação ordinária e à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Ao fim do prazo regimental não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas ao Projeto.



É o Relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

A iniciativa do Projeto de Lei nº 31/2022, elaborado pelo Deputado Federal Alexandre Frota (PSDB-SP), é meritória, na medida em que obriga os estabelecimentos que prestam serviços financeiros a realizarem a contratação de vigilantes do sexo feminino. Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei nº 2.152/2022, formulado pelo Deputado Federal Joceval Rodrigues (Cidadnia-BA) aperfeiçoa a regulação da matéria.

Com essa leitura em tela, formulamos um Substitutivo que busca articular ambas as iniciativas, de forma que os estabelecimentos bancários estejam obrigados a dispor de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de vigilantes do sexo feminino para o propósito de realizar trabalhos, como por exemplo revista, em clientes do sexo feminino, bem como de seus pertences, durante o período de atendimento aos usuários das agências bancárias de todo o país.

Ao mesmo tempo, em vez de partirmos da elaboração de um novo dispositivo legal, nosso Substitutivo inclui regras específicas na Lei nº 7.102/1983, que já trata da segurança para estabelecimentos financeiros e que se encontra incorporada nas regras adotadas atualmente pelo sistema bancário. Nesse sentido, visando preservar ambas as iniciativas legislativas, estabelecemos a obrigatoriedade da presença de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de vigilantes do sexo feminino em estabelecimentos de prestação de serviços financeiros.

Tal como definido pela Lei nº 7.102/1983, o vigilante é o empregado contratado para a execução das atividades de segurança das pessoas físicas. Entretanto, ainda não dispomos de regra que estabeleça a obrigatoriedade da contratação de vigilantes do sexo feminino.

Como já sabem as mulheres usuárias do sistema bancário nacional, eventuais triagens, revistas ou abordagens, realizadas nas agências



bancárias por vigilantes do sexo masculino, podem gerar situações bastante constrangedoras. Nada mais justo que os estabelecimentos bancários disponham de vigilantes do sexo feminino para realizar estas revistas das mulheres e, além disso, cuidar da segurança de todos os usuários.

Em função da elaboração legislativa proposta, durante o horário de funcionamento das agências bancárias, em caso de necessidade, as abordagens às clientes do sexo feminino, inclusive seus pertences, serão realizadas por mulheres que exercem a profissão de vigilantes dos bancos.

Igualmente, como a Lei nº 7.102/1983 já trata das multas no caso de descumprimento das regras de formação dos vigilantes, acrescentamos dispositivo que prevê sanções específicas, no caso das instituições financeiras que não obedecerem à obrigatoriedade da contratação de vigilantes do sexo feminino, tal como definido pela legislação.

Nada mais justo para as mulheres, clientes do sistema bancário, assim como as mulheres que exercem a profissão de vigilância, que terão seu mercado de trabalho ampliado de forma significativa, se a alteração legal for aprovada pelos nobres pares.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 31/2022 e do Projeto de Lei nº 2.152/2022, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

**Deputada CORONEL FERNANDA**  
**Relatora**

2023-12784



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

### SUBSTITUTIVO AO PL Nº 31/2022

Apensado: PL nº 2.152/2022

Altera a Lei nº 7.102/1983, para instituir a obrigatoriedade de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar acrescida dos artigos 15-A e 15-B, com a seguinte redação:

*“Art. 15-A Os estabelecimentos de prestação de serviços financeiros, bancários ou assemelhados ficam obrigados a dispor de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de vigilantes do sexo feminino para fins de eventuais triagens, revistas ou abordagens às clientes do sexo feminino, bem como de seus pertences, durante o período de atendimento ao público, clientes e usuários.*

*Art. 15-B Aos infratores dos artigos 15-A serão aplicadas as seguintes sanções:*

*I - advertência por escrito, na verificação do descumprimento dos dispositivos desta Lei, notificando-se o infrator para sanar as irregularidades, no prazo de setenta e duas horas, contado da notificação, visando regularizar a situação, sob pena de multa;*

*II – aplicação de multa de 10 (dez) salários mínimos quando a irregularidade não for sanada, após haver recebido notificação por escrito;*

*III – Na reincidência, a multa será acrescida mensalmente de 10% (dez por cento) sobre o valor inicial, até que seja sanada.*



§ 1º A multa de que trata o inciso II deste artigo será atualizada, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada no exercício anterior.

§ 2º As multas pagas pelos estabelecimentos bancários serão destinadas à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, na forma definida pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

**Deputada CORONEL FERNANDA**  
**Relatora**

2023-12784

